

**Ministério de Minas e Energia**  
**Assessoria de Comunicação Social – ASCOM**

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

**O Globo**

Título: governo sabia que teria de mexer em áreas protegidas ..... 2

**O Estado de S. Paulo**

Título: “Tendência do governo é manter horário de verão” ..... 9

Título: Nota..... 9

**Sumário**

**VEÍCULO: O Globo.....2**

Título: governo sabia que teria de mexer em áreas protegidas ..... 2

Título: Privatização da Eletrobrás..... 4

**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....6**

Título: RenovaBio – oportunidade, urgência e relevância ..... 6

Título: “Tendência do governo é manter horário de verão” ..... 9

Título: Nota..... 9

Título: Nota..... 10

Título: Na metade do copo..... 10

|                                                                                            |           |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>VEÍCULO: Folha de S. Paulo .....</b>                                                    | <b>11</b> |
| Título: Mineradores de criptomoedas no Brasil se queixam da conta de luz .....             | 11        |
| Título: Empresas criam equipamentos para mineração de criptomoedas .....                   | 13        |
| <b>VEÍCULO: Valor Econômico .....</b>                                                      | <b>14</b> |
| Título: Reforma do sistema elétrico .....                                                  | 14        |
| Título: Destaques .....                                                                    | 16        |
| Título: Bolognesi negocia usina com fundo dos EUA .....                                    | 17        |
| Título: Cresce a confiança no futuro das renováveis .....                                  | 18        |
| Título: Curta.....                                                                         | 20        |
| Título: Com nova frente de negócios, Termomecânica inicia sucessão .....                   | 21        |
| Título: Cresce o número de falências entre usinas sucroalcooleiras .....                   | 23        |
| Título: Sonegação de ICMS na distribuição de combustíveis atinge R\$ 4,8 bilhões por ano.. | 25        |

**VEÍCULO: O Globo**

**Seção: Economia**

**Autor: Francisco Leali e Manoel Ventura**

**Título: governo sabia que teria de mexer em áreas protegidas**

Potencial de exploração mineral já tinha sido mapeado por ministério

Apesar de ter alegado que o decreto que revogou a Reserva Nacional de Cobre e Associados (Renca) preservava áreas de proteção ambiental e reservas indígenas, o governo sabia de antemão que, para liberar a exploração mineral, teria de mexer na legislação para derrubar as restrições à atividade em florestas até então protegidas.

Para isso, áreas com planos de manejo em que são permitidas apenas certas atividades extrativistas precisariam ser abertas ao garimpo. Documentos do Ministério de Minas e Energia (MME) revelam que, desde os primeiros movimentos para edição do decreto que revogou a Renca, o governo sabia que a mineração teria de entrar em regiões onde o setor estava proibido de operar, em razão da preservação ambiental.

Um dos primeiros textos da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, de dezembro de 2016, diz que havia restrições de “ordem ambiental” e seria preciso rever planos de manejo de unidades de conservação no Pará e no Amapá, “liberando áreas para realização de novas pesquisas e lavra”.

Após a edição do decreto no fim de agosto — que teve seus efeitos suspensos e pode ser definitivamente revogado pelo presidente Michel Temer devido à reação da sociedade —, o governo alegou que a medida preservava áreas de proteção ambiental e reservas indígenas. Mas nunca admitiu que a mineração implicaria mexer em planos de manejo.

Na nota, os técnicos do MME recomendaram que, além de revogar o decreto da Renca, seria necessário rever o plano de manejo da Floresta Estadual do Paru, no Pará. Argumento: a área “ocupa e restringe as principais áreas minerais”. A Renca tem mais de 46 mil quilômetros quadrados, do tamanho da Dinamarca.

A nota técnica 9/2016 mostra mapas que indicam a presença de minerais em reservas indígenas; em unidades federais de preservação ambiental, como a Estação Ecológica do Jari, na divisa entre Pará e Amapá; e em áreas de preservação estadual.

Um dos mapas mostra lavra autorizada dentro da Reserva Biológica de Maicuru, área de proteção integral do Pará, vedada a esse tipo de atividade. A nota técnica atestava que a Renca tem “uma das melhores áreas no mundo para pesquisa mineral de ouro e fosfato”. No mês passado, em meio à polêmica sobre o decreto, o governo minimizou o potencial mineral.

— O conhecimento geológico da área é extremante baixo. O Brasil tem oportunidade de conhecer de fato o potencial mineral — dissera o secretário de Mineração, Vicente Lôbo, na época. Mas documentos internos do ministério que passaram por Lôbo falam que a Renca é rica em ouro e em outros minerais.

A exposição de motivos da primeira versão do decreto lista o que a empresa pública Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) já havia prospectado na Renca, “tendo conseguido identificar e individualizar alguns ambientes geológicos altamente indicativos da existência de depósitos de ouro, titânio, fosfato, cromita, cobre/prata, níquel/platina, tântalo, ferro e manganês”.

#### TRECHO FOI CORTADO

O trecho é o item 8 de 14 da versão preliminar da exposição de motivos preparada pela Secretaria de Mineração. Na versão assinada pelo **ministro de Minas e Energia Fernando Coelho**, e enviada ao Planalto, o trecho sobre

achados minerais foi suprimido. A primeira versão do decreto, além de revogar a Renca, estabelecia critérios para manter ou anular os pedidos de exploração.

Após consulta jurídica, o ministério desistiu de incluir os artigos. O tema foi tratado numa portaria publicada no Diário Oficial no início do ano, preparando o caminho para extinção da reserva. O texto do decreto passou a ter dois artigos, sem qualquer referência a preservar áreas indígenas ou unidades de conservação. Essa versão sem as ressalvas foi assinada pelo ministro e enviada a Temer.

Mas a Casa Civil recomendou que ficasse expresso no texto a ressalva às terras indígenas e às de proteção ambiental. Por nota, o ministério disse que os documentos que constam na proposta de extinção da Renca tratam de informações geológicas da CPRM até 1994, ano das últimas pesquisas na área:

“Considerações sobre ‘restrições de ordem ambiental’, que obrigariam a revisão de planos de manejo de unidades de conservação no Pará e no Amapá, ‘liberando áreas para realização de novas pesquisas e lavra’, nessa ordem, reforçam a posição cautelosa do governo quando da edição do decreto com todas as salvaguardas previstas na legislação de proteção e preservação ambiental”.

**VEÍCULO:** O Globo

**Seção:** Opinião

**Autor:**

**Título:** Privatização da Eletrobrás

Tema em discussão

### **Nossa opinião : Única alternativa**

O sufoco fiscal em que se encontra o governo — o déficit primário continua acima dos 2% do PIB, desde a saída de Dilma Rousseff, responsável pela crise — é forte mola propulsora para levá-lo a programar a privatização da Eletrobrás, bem como acelerar a licitação de concessões (estradas, aeroportos, por exemplo), entre outras medidas. A questão é que não se trata apenas de uma oportunidade de o Tesouro obter, estima-se, algo entre R\$ 20 bilhões e R\$ 30 bilhões. Para efeito de comparação, a meta para este ano e o que vem é de déficits de R\$ 159 bilhões. Uma ajuda nada desprezível. Até mais do que isso, privatizar a Eletrobrás é essencial para preservar o setor elétrico e garantir os investimentos necessários a fim de garantir o fornecimento de energia que sustente o crescimento da economia, sem risco de apagões.

Também é fato que a barbearagem cometida pela ainda presidente Dilma Rousseff, tida como competente conhecedora do sistema elétrico brasileiro, desestabilizou de tal forma a estatal que, por ironia, ajudou a inviabilizá-la de vez como estatal. Ao baixar a Medida Provisória 579, em 2012, para reduzir na base do voluntarismo a tarifa de luz em 20% — com evidente objetivo político-eleitoral —, o equilíbrio do sistema foi rompido. Com ideia fixa na “modicidade” tarifária — fez o mesmo no pedágio em estradas licitadas, e obras não foram feitas —, o governo Dilma, por aquela MP, estabeleceu regras para antecipar a renovação de concessões ainda a vencer. O princípio era que usinas amortizadas poderiam cobrar tarifas mais baixas. A filosofia intervencionista, porém, nunca consegue manejar com todas as variáveis.

E assim, elétricas públicas de estados (Cesp, de São Paulo; Cemig, de Minas; Copel, do Paraná) não aceitaram as condições da MP, enquanto as estatais federais foram obrigadas a aderir ao novo regime. O autoritarismo é intrínseco ao dirigismo. Veio um longo período de seca, e desmontou de vez o sistema de Dilma. Nem toda a energia passou a ser produzida sob as regras que queria o governo, que enquadrou as usinas incluídas nas novas regras num sistema de cotas, em que a energia era vendida a preços baixos. Sem considerar variações de custos das hidrelétricas, por exemplo. Um modelo típico do planejamento centralizado. O longo período de seca na hidrologia desmontou o castelo de cartas, montado bem no estilo lulopetista.

O parque de termelétricas, principalmente a gás e óleo, de custo mais elevado, foi acionado e pulverizou a “modicidade”. Dilma continuou tentando, e o Tesouro foi convocado a subsidiar parte do aumento de custo. No fim, restou um tarifaço, para equilibrar o sistema no lado financeiro. Sem considerar rombos em empresas, com a volta dos “esqueletos”. Os estragos do dirigismo deixaram heranças, uma delas, a impossibilidade de uma Eletrobrás combatida arcar com os investimentos em energia de que o país necessita. Vendê-la é a única alternativa sensata. Também para melhorar a gestão do setor e livrá-lo de delírios de poderosos de turno. Como aconteceu no lulopetismo.

### **Outra opinião : Medida irresponsável**

CARLOS ZARATTINI

A privatização da Eletrobrás, anunciada pelo governo Temer, é uma medida irresponsável e contrária aos interesses nacionais. Afeta a segurança energética do país, ao permitir o controle de um setor estratégico por estrangeiros, e acarreta diretamente aumentos nas contas de luz, ao submeter a política da área apenas aos interesses de mercado. O país perde a capacidade de planejamento, a energia passa a ser tratada como uma mercadoria e não mais como bem público, com todas as suas consequências. Com o modelo atual, dos

governos Lula e Dilma, o Brasil pôde atravessar a pior seca nas últimas cinco décadas, entre 2013 e 2014, sem ter nenhum apagão energético nem racionamento, como houve em 2001, com o governo FHC/PSDB.

O modelo Lula/Dilma garantiu segurança, suprimento e redução de tarifas. Desde 2004, expandimos a geração e a transmissão, de 80 mil MW, em 2002, para 133mil MW em 2014, crescimento de 65%. Foram implantados 43,5 mil km de linhas de transmissão. Nada disso ocorreria sem a Eletrobrás, que possui 31% da capacidade de geração, 47% das linhas de transmissão, controla 13 subsidiárias de geração, transmissão e distribuição de energia, e possui metade do capital de Itaipu Binacional — além de participação em outros empreendimentos. A empresa faturou em 2016 R\$ 60 bilhões, um crescimento de 86,4% em relação a 2015. Fundada há mais de 60 anos, nela já foram investidos cerca de R\$ 400 bilhões. Só a hidrelétrica de Belo Monte custou mais de R\$ 30 bilhões.

Esses números mostram que há uma grande negociata em curso, pois o governo Temer pretende vender a Eletrobrás por R\$ 20 bilhões. É uma atitude criminosa contra o povo, e visa a favorecer grupos privados e os mesmos consultores que na década de 90 participaram e se enriqueceram com as privatizações do PSDB. São os mesmos que estão com Temer e querem o modelo do PSDB que em 2001 gerou o maior racionamento energético da história mundial em tempos de paz. Um desastre. A entrada de capital privado no setor não fez aumentar investimentos e nem melhorou a qualidade dos serviços.

Fez, sim, aumentar as contas de luz. Vender a Eletrobrás significa abrir mão do controle dos recursos hídricos, ativos cada vez mais valorizados num planeta ávido por água doce. O Estado tem que controlar os recursos hídricos, não empresas privadas. Nos EUA, 73% das hidrelétricas são do Estado (21% do Exército). São consideradas de segurança nacional. Lá, estrangeiros não entram. O governo atual desvaloriza as estatais para entregá-las a preço de banana. Alega-se querer cobrir o rombo das contas públicas. Se a privatização de empresas públicas e riquezas nacionais fosse a solução, não teríamos déficit desde a privataria dos anos 90 de FHC. Onde estão os mais de R\$ 100 bilhões daquelas privatizações?

Carlos Zarattini é deputado federal (PT-SP) e líder do partido na Câmara

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Seção:** Espaço aberto

**Autor:** Plínio Nastari

**Título:** RenovaBio – oportunidade, urgência e relevância

O Brasil continua enfrentando sérios desafios na área de energia, que só não se materializaram em risco de abastecimento e maiores custos para a sociedade por causa da retração econômica. Daí a importância de serem criadas condições que estimulem o investimento. Na área de combustíveis, em particular, é fundamental que o planejamento energético harmonize as oportunidades existentes entre combustíveis fósseis e renováveis. A indefinição sobre o rumo a seguir vai continuar inibindo investimentos em refino de petróleo e expansão da produção de biocombustíveis. A realidade é que no primeiro semestre deste ano a importação de gasolina cresceu 77,1%, atingindo 3,05 bilhões de litros, mesmo com a economia estagnada. Os cenários à frente estimados pela Empresa de Pesquisa Energética e pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis indicam importação crescente na próxima década se nada for feito. Essa avaliação é feita no momento em que se discute como atingir maior nível de eficiência no uso da energia em transportes.

A eletrificação na mobilidade é uma tendência que encontra respaldo na maior eficiência energética – e que pode ter impacto maior ou menor na área ambiental, dependendo da opção adotada, e do perfil da matriz energética. Quando se pensa em carro elétrico, não adianta promover o carro elétrico a bateria se a energia for suja. As baterias são produzidas a partir de lítio e cobalto e há dúvidas quanto à disponibilidade de lítio para dar suporte à expansão do uso de baterias. O cobalto é extraído quase exclusivamente no Congo, em condições que despertam preocupações. Há ainda o descarte das baterias, que podem criar um passivo ambiental considerável. E, finalmente, há a questão da infraestrutura, seja de troca ou recarga, pela falta de medidores segregados e, no caso do Brasil, a existência de um percentual elevado de consumo clandestino de energia, o que traz a preocupação de como controlar a proliferação de gatos na recarga. Uma alternativa é a eletrificação com base em hidrogênio.

Mas extraí-lo é caro, e por processo eletrointensivo. Novamente, se a energia vier de fonte suja não será solução aceitável. Depois de capturado, sua armazenagem requer tanques caros de titânio, apresenta risco de explosão e tem custo elevado de distribuição. Outra possibilidade é a eletrificação a partir de combustíveis de baixa pegada de carbono, os biocombustíveis. São os veículos híbridos, considerados fase intermediária de eletrificação, que se forem flex poderão usar biocombustível, e as motorizações com células a combustível movidas a etanol, ambas podendo aumentar consideravelmente a eficiência do uso de energia. Os veículos flex com motores de combustão interna utilizados no Brasil já apresentam emissão total de gases do efeito estufa, quando utilizam etanol de cana-de-açúcar, inferior à do carro elétrico europeu, atual e projetado até 2040. Com a introdução de tecnologias já disponíveis, a emissão desses veículos pode diminuir ainda mais. Os híbridos flex e a célula a combustível podem atingir emissões ainda menores – e muito baixo consumo energético.

O Brasil tem a oportunidade de adotar essa estratégia, mas para isso é preciso revitalizar o setor de biocombustíveis e incentivar a adoção dessas tecnologias. O RenovaBio é um programa que visa a induzir ganhos de eficiência na produção e ao reconhecimento da capacidade de cada biocombustível promover descarbonização. Propõe que isso seja feito sem subsídios e sem a criação de mais tributos, apenas com a possibilidade de o produtor internalizar no preço do biocombustível parte da externalidade ambiental, premiando os agentes que oferecem uma contribuição positiva. O Rota2030, que se pretende seja a evolução do InovarAuto, pode ser o indutor da eletrificação a partir do híbrido flex e da célula a combustível. Essas propostas representam a oportunidade de atender simultaneamente a objetivos das políticas energética, ambiental e industrial, aproveitando o potencial do setor agroindustrial.

É a oportunidade de induzir um retorno dos ganhos de eficiência agroindustrial no setor da cana e o aproveitamento da crescente produção de milho para a produção de etanol e de soja para o biodiesel. Esse é o caminho da geração de empregos, do efeito multiplicador de renda, da maior arrecadação de impostos e do desenvolvimento descentralizado, e não do dispêndio com importação de derivados, em que não é gerado o mesmo efeito multiplicador. O RenovaBio foi formulado pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) ouvindo todos os setores de governo, da sociedade civil e as áreas privadas envolvidas. Raras vezes se viu tanta convergência e adesão a um programa de governo, com mais de 50 manifestações formais de entidades setoriais e representativas da sociedade. Cabe agora ao governo decidir pela relevância e urgência da matéria.

O RenovaBio e o Rota2030, no campo nacional, estão alinhados com a Plataforma para o Biofuturo, no campo internacional, lançada em Marrakesh em novembro de 2016, a qual pode permitir ao Brasil assumir posição como líder de uma estratégia de alcance global. O compromisso vinculante ao qual o Brasil se comprometeu no Acordo do Clima para 2025, de redução de 37% das emissões sobre a base 2005, está apenas oito anos à frente. O Brasil tem a oportunidade de indicar sua posição positiva em biocombustíveis como estratégia nacional na COP-23, em Bonn, na Alemanha. Não de forma tímida, com uma proposta ainda a ser debatida e tramitando por vários anos no Congresso, e sim com uma medida que reflita sua urgência e relevância para diferentes esferas do interesse público. A inação e a falta de sensibilidade para esta oportunidade podem custar caro à sociedade brasileira.

DOUTOR EM ECONOMIA, É REPRESENTANTE DA SOCIEDADE CIVIL NO CNPE

**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo****Seção: Economia****Autor:****Título: “Tendência do governo é manter horário de verão”**

O líder do governo na Câmara dos Deputados, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), disse que “há uma tendência” de que o governo mantenha o horário de verão, apesar de estudos feitos pelo **Ministério de Minas e Energia (MME)** mostrarem que essa política pública não proporciona mais economia de energia.

“Fizemos uma avaliação sobre o horário de verão. Há tendência para que se mantenha, até por fazer parte da cultura do brasileiro, que já incorporou isso, e por prudência”, admitiu o parlamentar ao deixar reunião no Palácio do Jaburu, ontem, com ministros de governo e o presidente Michel Temer. “Será decidido ainda. Todos que participaram fizeram avaliação no sentido de se manter, mas isso será decidido por Temer e o ministro da pasta”. O assunto tem dividido opiniões nas redes sociais.

O governo passou a discutir a aplicação do horário de verão neste ano porque análises do MME, divulgadas em junho pelo Estadão/ Broadcast, mostraram que a mudança nos hábitos do consumidor e o avanço da tecnologia tornaram inócua a economia de energia que o horário de verão proporcionava anteriormente.

A explicação é que não é mais a incidência de luz natural que influencia os hábitos do consumidor, mas, a temperatura. A popularização dos aparelhos de ar-condicionado é uma das principais razões dessa mudança.

Como o calor é mais intenso no fim da manhã e início da tarde, os picos de consumo de energia são registrados atualmente nesse período. Em 2016, o horário de verão durou 126 dias e gerou economia de R\$ 159,5 milhões ao sistema, custo considerado irrelevante para o setor.

A primeira vez que o País o adotou foi em 1931. Desde 1985, ele foi aplicado todos os anos. Se vigorar neste ano, o horário de verão começa em 15 de outubro e termina em 17 de fevereiro.

**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo****Seção: Colunas****Autor: Andreza Matais / Marcelo De Moraes****Título: Nota**

» **Largada.**

2018 começou para ministros do governo Temer. Moreira Franco (Secretaria-Geral da Presidência), Helder Barbalho (Integração Nacional) e Fernando Filho (Minas e Energia) passaram o fim de semana em suas bases eleitorais, a lançar obras e programas.

**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo****Seção: Colunas****Autor: Camila Turtelli / Clarice Couto / Gustavo Porto****Título: Nota**» **Pressão.**

As maiores associações de produtores de etanol de milho dos Estados Unidos integram a comitiva norte-americana que visita o Brasil nesta semana. Organizada pelo Departamento de Agricultura do país (USDA), a missão busca ampliar vendas do agronegócio norte-americano. Os produtores de biocombustível aproveitarão ainda para pressionar o Brasil a retirar a tarifa de 20% sobre o álcool importado, anunciada em maio.

**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo****Seção: Colunas****Autor: Cida Damasco****Título: Na metade do copo**

Em tempos de polarização exacerbada, qualquer sinal de concordância é bem-vindo. Nem que seja meia concordância, como é o caso agora da retomada do crescimento. Depois de muitas idas e vindas, os sinais de melhora na atividade econômica se confirmam e são reconhecidos pela maioria dos observadores.

O que mais se discute agora, e com toda razão, é a amplitude e a sustentabilidade do movimento – que definirão a temperatura da economia justamente em plena campanha presidencial de 2018, para um eleitorado com a sensibilidade à flor da pele, castigado por dois anos de recessão. De um lado, estão os que confiam que o roteiro da retomada está bem traçado. ( ... )

Traduzidos nos grandes números da economia, os cenários considerados pelas duas alas para o curto prazo é bastante parecido – diferença de alguns décimos para cá ou para lá. Vai se firmando um horizonte de crescimento do PIB nas vizinhanças de 0,7% neste ano, e acima de 2% no ano que vem. Uma inflação pouco acima de 3%, em 2017, e em torno de 4%, em 2018.

E taxa básica de juros de 7%, no fim deste ano e no máximo em 8% no próximo. Há divergência, porém, na interpretação desses indicadores. Copo meio cheio ou meio vazio? A economia pode estacionar por aí ou prosseguir rumo ao ciclo mais favorável? Se o fôlego do consumo ainda é incerto, imagine-se a volta dos investimentos. Por enquanto, o que se tem visto é a ocupação da ociosidade das empresas.

Na infraestrutura, as necessidades parecem mais urgentes, mas o programa de privatizações e concessões, com 57 projetos liderados pela Eletrobrás, ainda leva tempo para sair do papel. Nesta semana, o governo Temer enfrentará o primeiro grande teste na área, com dois grandes leilões na área de energia, que deverão medir a real disposição dos investidores: a expectativa é de arrecadação de quase R\$ 13 bilhões, com a oferta de quatro usinas da Cemig e de 287 blocos em campos de exploração de petróleo.

Cida Damasco é Jornalista

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Seção:** Mercado

**Autor:** NATÁLIA PORTINARI SÃO PAULO

**Título:** Mineradores de criptomoedas no Brasil se queixam da conta de luz

Se comprar e vender para lucrar com as variações de preço de criptomoedas é uma atividade com alta procura, há ainda quem se especialize na emissão dos ativos —os mineradores.

O nome mineração vem da analogia com o ouro. Para simular a escassez, como a que existe no minério, os programadores que deram origem ao bitcoin inventaram um problema matemático (imagine algo como  $2x + y > 0$ ).

Os computadores encontram, uma a uma, todas as soluções para esses problemas, e cada resposta é uma criptomoeda. No caso do bitcoin, existem 21 milhões de soluções possíveis.

No Brasil, a atividade de minerar é limitada pela dispendiosa conta de luz gerada por computadores rodando programas dia e noite.

O minerador Cristiano Valverde, 37, fez um investimento de R\$ 70 mil no seu equipamento há quatro meses, e teme que a alta da conta de luz associada ao período de seca nos próximos meses vá atrasar seu retorno.

Ele extrai o ethereum, moeda mais comum entre amadores. Como o bitcoin é mais antigo, é cada vez mais difícil achar novas soluções, e só quem tem um equipamento caro e especializado consegue minerá-lo.

"Quando comecei, previa retorno em seis ou sete meses, mas os valores do ethereum estavam em alta", diz Valverde, que tem uma mina no interior de São Paulo e cogita usar energia solar.

"Montei um galpão com refrigeração e comprei tudo à vista. Agora, em um cenário realista, vou conseguir o dinheiro de volta em até 15 meses, se a Eletropaulo deixar."

Quem investe em mineração caseira, como ele, usa placas gráficas. Geralmente usadas para jogos, as placas AMD Radeon e NVIDIA GeForce são boas em rodar muitos algoritmos ao mesmo tempo, aumentando a chance de descobrir os números da sorte.

É com essa habilidade que, nos jogos, é calculada rapidamente a trajetória de um tiro no Call of Duty, ou de um jogador correndo no Fifa.

As placas chegam ao Brasil via importação, e, novas, custam por volta de R\$ 2.000.

Na China, que tem 70% da capacidade de geração das bitcoins, as condições são mais favoráveis, com proximidade dos fabricantes de chips e energia elétrica barata.

Em agosto, a mineração de bitcoins gerava até R\$ 38 milhões ao dia, número que caiu para metade com os reveses regulatórios em setembro.

Uma preocupação mencionada por mineradores é o risco de ter sua conta nas corretoras invadida e perder o dinheiro, já que é comum fazer tanto a mineração quanto o comércio das moedas.

É o que faz Leonardo Kikuchi, 22, de Campinas (SP), que gastou R\$ 20 mil que tinha guardado em sete placas. Ele minera ethereum e depois negocia outras criptomoedas.

"A ideia surgiu porque eu tinha uma placa para jogo. Mas é arriscado. Tem que ter conhecimento técnico para minerar, não basta deixar a placa ligada", diz. Ele trabalha nisso em tempo integral desde o começo do ano.

Outros, como o policial militar André Primo, 25, aproveitam a atividade para ganhar dinheiro no tempo livre.

Primo instalou sua mina em Marília, no interior do Estado. "Tem noite que você dorme e acorda rico. Mas tem que acompanhar as operações de compras e vendas."

Tanto mineração quanto compra e venda de moedas são investimentos de alto risco, adverte Gabriel Aleixo, do ITS-Rio (Instituto de Tecnologia e Sociedade). "Quem investir tem que saber que amanhã o preço pode ir a zero."

O jovem Pedro Ivo do Amaral, 18, perdeu R\$ 5 mil investindo em mineração. "Não basta comprar o melhor equipamento, tem que acompanhar a moeda no tempo correto. Fui amador."

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Seção:** Mercado

**Autor:** NATÁLIA PORTINARI DE SÃO PAULO

**Título:** Empresas criam equipamentos para mineração de criptomoedas

A volatilidade de moedas virtuais preocupa fabricantes de placas de vídeo de computador voltadas a jogos, também usadas para mineração de criptomoedas. Para se proteger de flutuações no mercado e lucrar com as vendas, a AMD e a NVIDIA lançaram placas que só podem ser usadas para mineração.

"Aumentaram as vendas, mas contra nossa vontade. Nossa preocupação é que, quando o preço das moedas cair, os mineradores revendam as placas a preço de banana", diz Richard Cameron, gerente da NVIDIA no país.

Há muitas vendas de placas usadas no mercado informal, o que influencia a demanda pelas novas.

A demanda fez com que alguns modelos duplicassem ou triplicassem de preço nos últimos meses, especialmente antes de as placas especializadas chegarem ao mercado.

"Que empresa não quer uma demanda que paga o valor que você quiser cobrar? Mas não podemos deixar nosso cliente que usa a placa para jogos ficar sem o produto por causa da mineração", diz Brandão, gerente da AMD.

A placa gráfica (GPU), inventada pela NVIDIA em 1999, é conhecida pelo público como placa de vídeo do computador, mas executa mais do que tarefas de vídeo. No Brasil, as vendas das placas mais caras da AMD duplicaram no primeiro trimestre deste ano ante 2016. A empresa não divulga números específicos do mercado de criptomoedas, mas afirma que há uma relação com os mineradores.

**VEÍCULO:** Valor Econômico**Seção:** Opinião**Autor:** Adilson de Oliveira e Luiz Salomão**Título:** Reforma do sistema elétrico

O Sistema Elétrico Brasileiro (SEB) tem características específicas muito favoráveis: (i) recursos hídricos distribuídos pelo país com regimes hidrológicos distintos que permite operá-lo com vastos reservatórios para regularizar o abastecimento de energia do país; (ii) parque gerador interligado nacionalmente por extensa rede de transmissão que viabiliza a transferência de grandes blocos de energia entre suas regiões; (iii) matriz elétrica com forte presença de fontes renováveis de energia (79%, em 2016) que lhe confere característica bastante amigável com o meio ambiente; (iv) acesso praticamente universal dos consumidores ao suprimento de energia.

Não obstante essas vantagens comparativas, o Brasil deixou de dispor de energia barata para apoiar seu desenvolvimento econômico. Pelo contrário, tornou-se um dos países com custos elétricos mais elevados do mundo. A comparação é ainda mais desfavorável quando os impostos são adicionados às contas elétricas. E, apesar da tarifa elevada, nosso suprimento de energia tornou-se muito vulnerável às inevitáveis flutuações da hidrologia.

A capacidade de reserva, que já representou o equivalente a quatro anos de consumo nos anos 1980, corresponde hoje a menos de seis meses. A predominância de usinas eólicas na expansão do parque gerador, o incremento dos consumos consuntivos da água (abastecimento d'água, irrigação, navegação etc) e o assoreamento dos reservatórios existentes reduziram sua capacidade efetiva de atender a demanda de energia nos períodos de estiagem. É inexorável uma profunda revisão na regulação do uso da água que afluí para os reservatórios hidrelétricos.

***A capacidade de reserva, que já foi equivalente a quatro anos de consumo nos anos 1980, é hoje de menos de seis meses***

A involução do sistema elétrico brasileiro deve ser creditada a uma longa série de equívocos iniciada na reforma de 1994/5, que foi aprofundada em 2004/5 e agravada em 2013/14. Ditados pela intenção de mitigar os déficits gêmeos do Tesouro e do balanço de pagamentos, bem como a contenção do ritmo inflacionário, esses equívocos debilitaram progressivamente a confiabilidade do suprimento de energia do país e a saúde financeira das concessionárias.

Não cabe aqui analisar em detalhe as contradições desse processo. É válido, no entanto, destacar seus principais problemas e distorções:

- A sistemática de garantias físicas (GFs) para as geradoras comercializarem energia, que lhes assegura receitas dissociadas de sua geração efetiva determinada pelo ONS;
- A adoção de modelos matemáticos para definir o custo marginal do sistema (CMO) e o preço de liquidação das diferenças (PLD) cuja artificialidade estatística favorece a especulação em detrimento da eficiência econômica;
- A gestão dos reservatórios com base em modelos que induzem a supergeração hidrelétrica, esvaziando imprudentemente os reservatórios;
- A bipartição do mercado consumidor em um segmento "cativo" e outro "livre", que coloca a responsabilidade de garantir o financiamento da expansão do sistema nos ombros dos consumidores cativos;
- A metodologia de expansão do sistema de transmissão desconectada dos projetos de geração que impossibilita a energia de certas centrais alcançar o mercado consumidor;
- A regulamentação das transações setoriais eivada de incertezas que induz a judicialização dos fluxos econômicos entre os agentes do setor.

Neste processo de reformas, a Eletrobrás tornou-se mera parceira de negócios de interesses privados e espaço para acomodação de apadrinhados de grupos políticos. Os papéis da Eletrobrás de agente financeiro do setor e braço estratégico da articulação geopolítica do sistema elétrico nacional foram sendo paulatinamente erodidos. A proposta de privatização da empresa será o ponto culminante desse processo. Com ela, o Estado brasileiro perderá instrumento necessário para exercer sua política energética, especialmente na articulação com nossos países vizinhos.

É consensual a urgência de uma reforma institucional profunda na organização industrial do SEB. Esta reforma não pode, contudo, deixar de reafirmar o papel insubstituível do Poder Concedente como gestor dos recursos hídricos e garantidor da segurança do suprimento energético do país. Do nosso ponto de vista, dois devem ser os pilares dessa reforma:

- Uma nova metodologia para a gestão dos reservatórios;
- A criação de sistemas regionais de transmissão.

Tornou-se inexorável rever o comando atual do uso da água que aflui para os reservatórios hidrelétricos. A operação adequada desses reservatórios é fator determinante na segurança do abastecimento de água da população urbana e no desenvolvimento de nossa atividade agropecuária, como estamos

verificando atualmente na bacia do São Francisco. É indispensável que o Estado possa exercer o controle efetivo dessa operação.

A gestão dos recursos hídricos é atribuição da Agência Nacional de Águas (ANA) a quem cabe fixar limites mínimos e máximos para os níveis dos reservatórios. Esses limites devem garantir prioritariamente o atendimento da demanda dos usos consuntivos e, subsidiariamente, o suprimento de energia nos períodos de estiagem, ouvido o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). Respeitados esses limites, deve ser dada liberdade às geradoras para decidir o despacho da água remanescente, assumindo os riscos econômicos de suas decisões.

No que concerne ao sistema de transmissão, é indispensável reafirmar o caráter determinativo de sua expansão. Não é aceitável que centrais elétricas entrem em operação antes de estar também operacional o sistema de transmissão necessário para colocar sua energia nos mercados consumidores.

A solução para esse problema reside na organização de sistemas regionais de transmissão que devem assumir a responsabilidade de garantir capacidade de transporte da energia das geradoras até os mercados consumidores. A interligação entre os sistemas regionais de transmissão deve ser objeto de programa de expansão determinativo do CNPE. Dada a situação de monopólio natural desses sistemas, suas tarifas devem ser fixadas no regime preço teto incentivado, à semelhança do que ocorre nos sistemas de distribuição.

**Adilson de Oliveira é professor da UFRJ.**

**Luiz Alfredo Salomão é professor da Universidade Candido Mendes**

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Seção: Empresas**

**Autor:**

**Título: Destaques**

### **Demanda da Energisa**

A energia distribuída pela Energisa no mercado cativo em agosto teve queda de 1,6%, para 2.004,2 gigawatts-hora (GWh) refletindo, principalmente, a baixa de 21,3% no consumo da indústria. No acumulado nos primeiros oito meses do ano, a Energisa registrou queda de 1,7% no mercado cativo, para 16.293,4 GWh. No segmento industrial, houve queda de 24,9%. Considerando a venda total de energia em agosto, que inclui também o transporte de energia aos consumidores livres (TUSD), a Energisa teve alta de 2,6%, para 2.424,8 GWh. No

acumulado em oito meses, as vendas somam ganho de 2,4%, para 19.423,7 GWh. A diferença entre a energia vendida no mercado cativo e no livre reflete, principalmente, a migração de consumidores para o ambiente livre de contratação.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Empresas

**Autor:** Camila Maia | De São Paulo

**Título:** Bolognesi negocia usina com fundo dos EUA

Um imbróglio que se arrasta desde 2014 está mais perto de chegar ao fim. A empresa americana New Fortress Energy, da gestora de ativos americana Fortress Investment Group, deve anunciar hoje um acordo para aquisição do projeto da termelétrica Rio Grande, de 1.280 megawatts (MW) de potência, e que foi contratada em um leilão em 2014 pelo grupo gaúcho Bolognesi.

Representantes da Bolognesi e da New Fortress Energy participaram de uma reunião na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) na sexta-feira a fim de apresentar as garantias de que vão levar adiante o projeto. Se sair do papel, a termelétrica, localizada no município de Rio Grande (RS), envolverá, segundo estimativas do governo gaúcho, cerca de R\$ 3,3 bilhões em investimentos.

Na reunião, a área técnica da Aneel solicitou que a Bolognesi protocolasse formalmente a documentação referente ao pleito de transferir o controle do projeto para a companhia americana.

O **Valor** apurou que o governo vê com reservas a proposta de acordo da Bolognesi, por não ser a primeira vez que isso acontece. No passado, o grupo gaúcho chegou a apresentar outras soluções para viabilizar o ativo, mas elas não se concretizaram.

Se bem sucedido, o acordo vai marcar o fim de uma novela enfrentada pela Bolognesi nos últimos anos. Em 2014, a companhia contratou duas termelétricas a gás natural liquefeito (GNL) em um leilão do tipo A-5, somando cerca de 2.500 MW de potência. Além das usinas, os projetos envolviam ainda a construção de dois terminais de regaseificação de GNL.

Inicialmente, as usinas precisariam ser entregues em 2019, mas a Bolognesi não conseguiu viabilizar os projetos, citando problemas como a disparada do dólar e a crise econômica do país, que aumentou o custo de financiamento das usinas. No começo do ano, a empresa conseguiu postergar o início de operação das usinas para 2021, mas a Aneel deu até 31 de agosto para que conseguisse comprovar a estruturação financeira dos projetos.

A Bolognesi conseguiu vender o projeto da termelétrica Novo Tempo, que seria instalado em Pernambuco, para a Prumo, que solicitou uma transferência da usina para o Rio de Janeiro. No entanto, não tinha chegado a um acordo sobre a usina Rio Grande dentro do prazo, e solicitou uma extensão à Aneel. A agência ainda não deliberou sobre esse pedido.

Segundo fontes a par da situação, a Bolognesi apresentou na sexta-feira, na reunião com a Aneel, as garantias de que a New Fortress Energy vai avançar nas obras, e pediu à Aneel um prazo para concluir essas negociações.

O **Valor** apurou que será a própria New Fortress Energy que vai fornecer o GNL para abastecer a termelétrica, pois a companhia é sócia na exploração de campos de gás nos Estados Unidos. A empresa americana já trabalha em um projeto semelhante na Jamaica. O empreendimento, porém, é de menor porte, com 120 MW de potência. Os recursos devem vir do Fortress Investment Group, que tinha US\$ 72,4 bilhões em ativos sob sua gestão no fim do primeiro semestre.

O acordo com a companhia americana tem ainda o apoio do governo gaúcho. Executivos se reuniram com representantes do governo na terça-feira da semana passada para discutir o projeto.

Para o governo federal, é fundamental resolver a questão o mais rapidamente possível. Caso a usina tenha a concessão revogada, as distribuidoras terão oportunidade de recontratar a energia nos leilões A-4 e A-6 marcados para dezembro. Se a Bolognesi conseguir transferir o contrato para a New Fortress Energy, a demanda prevista para esses dois certames será significativamente reduzida.

A questão do GNL sempre foi um obstáculo para a conclusão dessas obras. No caso da Prumo, além de pedir a transferência do projeto de Suape (PE) para o porto do Açú, no município de São João da Barra (RJ), a Siemens e a petroleira BP também entrarão como sócias para viabilizar o projeto. A britânica será a fornecedora do GNL para a usina.

Procurada, a Bolognesi não comentou as informações. A New Fortress Energy não respondeu o contato da reportagem.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Empresas

**Autor:** Andrew Ward | Financial Times

**Título:** Cresce a confiança no futuro das renováveis

A queda dos custos da energia renovável permitirá cada vez mais aos projetos de geração eólica e solar ganhar dinheiro sem os atuais subsídios, disseram executivos graduados da indústria de energia da Europa.

As grandes empresas do setor estão mais confiantes de que a energia renovável conseguirá atrair investimentos crescentes independentemente das políticas governamentais.

Peter Terium, executivo-chefe da Innogy da Alemanha, e Francesco Starece, seu colega da Enel da Itália, afirmam que a energia renovável terá de competir por vantagens econômicas com as fontes tradicionais de eletricidade, na medida em que os subsídios forem sendo retirados.

O anúncio feito este ano de que dois parques eólicos deverão ser construídos na Alemanha e vão operar sem subsídios, é um sinal do que vem por aí, disseram os dois executivos.

Em uma conferência sobre energia renovável realizada em Londres, na semana passada, Leonhard Birnbaum, diretor operacional de renováveis da Eon da Alemanha, também disse que as energias eólica e solar poderão prosperar sem ajuda.

"Nenhum outro setor tem retornos garantidos", disse ele. "As energias renováveis sem subsídios precisam ser viáveis, caso contrário ficaríamos pedindo subsídios eternamente e não podemos esperar isso."

Uma pesquisa divulgada na conferência pela Bloomberg New Energy Finance, projeta grandes quedas nos custos de geração de energias renováveis na medida do amadurecimento do setor.

As energias renováveis deverão receber quase três quartos dos investimentos globais de US\$ 10,2 trilhões em novas tecnologias geradoras de energia até 2040. Nesse período, o custo da energia solar deverá cair mais 66% e o da geração de energia eólica em terra 47%, deixando para trás, até 2030, a maioria das usinas geradoras de energia que usam combustíveis fósseis.

Jérôme Péresse, executivo-chefe de energia renovável da General Electric (GE), fabricante de turbinas eólicas, diz que a queda dos custos das energias renováveis superaram as intervenções políticas como principal força motriz por trás da revolução verde.

A GE pretende seguir com um projeto eólico de 2 gigawatts em Oklahoma - um dos maiores do mundo -, apesar da falta de apoio às energias renováveis da administração do presidente americano Donald Trump, que prefere os combustíveis fósseis.

Péresse afirma que o projeto de Oklahoma "faz sentido em termos de custo de tecnologia", e acrescenta: "O impacto da política está se tornando cada vez menos importante".

a pesquisa da Bloomberg também prevê que a queda dos preços das baterias tornará os automóveis elétricos mais baratos do que os movidos a motores de combustão interna na maioria dos países até 2025-29. Isso levará os carros elétricos a representar por mais da metade das vendas de automóveis no mundo até 2040.

Starece disse que a Enel está investindo em 10 mil pontos de recarga elétrica na Itália, em suporte ao lançamento dos carros elétricos. Terium disse que a Innogy tem planos parecidos.

A infraestrutura para os carros elétricos é algo que "poderemos deixar para os chineses ou os coreanos em algum momento", mas no curto prazo é importante estabelecer os padrões tecnológicos e ajudar a formar o mercado, disse Terium.

O executivo acrescentou que a mudança dos combustíveis fósseis para a energia elétrica no transporte rodoviário - cada vez mais vista como uma ameaça de longo prazo aos produtores de petróleo e gás - é uma grande oportunidade de crescimento para as companhias de serviços públicos.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Empresas

**Autor:**

**Título:** Curta

### **Cemig questiona leilão**

A Cemig apresentou uma petição no Supremo Tribunal Federal (STF), na sexta-feira, pedindo o adiamento do leilão que vai licitar quatro hidrelétricas que eram concessão da companhia, marcado para quarta-feira. A petição foi apresentada no recurso movido pela estatal mineira no Supremo, que questiona a devolução das hidrelétricas. O argumento da companhia elétrica é que não faz sentido manter a data do leilão enquanto a companhia ainda tenta negociar um acordo com a União para manter as usinas. O leilão pretende licitar as hidrelétricas São Simão, Miranda, Jaguará e Volta Grande, e envolve a arrecadação de no mínimo R\$ 11 bilhões em bônus pela outorga.

**VEÍCULO: Valor Econômico****Seção: Empresas****Autor: Renato Rostás | De São Bernardo do Campo (SP)****Título: Com nova frente de negócios, Termomecânica inicia sucessão**

Prestes a completar, no mês que vem, 75 anos de existência, a fabricante de acabados e semiacabados de cobre e latão Termomecânica prepara a sucessão de sua presidente, Regina Venâncio. Quem assumir a terceira geração comandará uma companhia em boa forma, fora da curva do setor atualmente e que, mesmo durante a recessão econômica, conseguiu elevar seu faturamento e investiu para entrar em uma nova frente de negócios - o alumínio.

Advogada, a executiva assumiu a presidência após a morte do fundador e único controlador, Salvador Arena, no fim dos anos 90. Ela entrou na Termomecânica na década de 70 na área financeira e jurídica. Após certo tempo fora da empresa, voltou como diretora financeira e chegou a ser nomeada pelo próprio fundador para presidir a Fundação Salvador Arena (FSA), criada em 1964, responsável por um leque de ações sociais nas áreas de educação e saúde.

Após a morte de Arena, seu patrimônio foi deixado à FSA, hoje controladora da Termomecânica. Regina e a atual diretoria assumiram um desafio ao manter a companhia operando sem o fundador, sob muitas dúvidas quanto ao futuro da companhia no processo de transição.

Em 2016, a companhia teve receita bruta de R\$ 1,1 bilhão. Neste ano, a expectativa é de crescer mais. Segundo a presidente da Termomecânica, enquanto a estimativa é de estabilidade nas vendas internas frente ao ano passado, as vendas ao exterior podem crescer até 20%.

A empresa tem intensificado a empreitada de se voltar ao mercado externo. No início desta década apenas 1,7% da produção era destinada a exportações, uma proporção que subiu para 15% no ano passado. No ano cheio de 2017, o ideal seria manter esse tamanho no mix, mas a empresa admite que pode exportar até 19% do total.

Não só o mercado externo sustentou o desempenho. Se no Brasil a demanda por seus produtos - 11 mil diferentes itens entre vergalhões, tubos, perfis, laminados e outros - diminuiu em decorrência da crise, o mau momento de seus concorrentes e até mesmo a consolidação de clientes levou ao aumento da fatia do mercado que domina. A carteira da Termomecânica é de cerca de 3 mil clientes. Algo semelhante ocorreu com a Cecil, também fabricante de cobre.

"Nós nos preparamos para a retomada da economia, uma retomada que está sendo paulatina, mas acontece. Os sinais apontam para uma atividade em alta, o que já é melhor do que estávamos vendo", afirma Nelson Leme, vice-presidente do conselho de administração da companhia.

Essa preparação passou pelo investimento em maior capacidade. Além de passar a trabalhar com o alumínio, a empresa adquiriu uma série de fornos para a fundição do cobre que deve aumentar em 15% a 20% sua capacidade, para até cerca de 190 mil toneladas na fábrica de São Bernardo do Campo (SP). A previsão para o início das atividades dos equipamentos é de dois meses.

Até meados de 2018, quando outra fornaria permitirá a fundição do alumínio primário, a capacidade para esse metal deve chegar a 33 mil toneladas anuais. Na transformação, a Termomecânica consegue processar até 114 mil toneladas a cada ano.

Sobre a retomada da economia local, os sinais vêm do setor automotivo, especialmente, algo também visível na siderurgia. A demanda por cobre em energia também parece estar se recuperando, diz a companhia. Mas todos os executivos são muito cuidadosos em reafirmar que o crescimento ainda é incerto.

Na exportação, destinada especialmente aos Estados Unidos - mas também Europa e América Latina, entre outros -, há uma oportunidade grande. "Estamos em tratativas para fornecer produtos destinados a material bélico. É um grande compromisso, que seria muito importante para nós", diz Regina.

"Não adianta exportar commodity. Assim, apostamos mais em produtos com valor agregado, que adicionem mais mão de obra na fabricação", explica a presidente da empresa. "Precisamos dessa margem até para proteger a operação das variações de câmbio e dos preços das commodities", completa Regina.

A situação, mais confortável, difere de outras grandes metalúrgicas, como é o caso da Paranapanema. Uma deterioração do cenário levou a concorrente a reestruturar sua dívida, buscando dinheiro dos acionistas - principalmente Previ e Caixa Econômica Federal, mas também com a entrada da gigante Glencore - e convertendo parte das obrigações em ações.

A Termomecânica, por sua vez, possui caixa líquido, por meio do qual não só conseguiu investir em uma nova fornaria de cobre como na linha de alumínio, mas também continuar financiando a fundação. Nos últimos 15 anos, a FSA aplicou mais de R\$ 560 milhões em educação, saúde e outros projetos sociais.

Além disso, a empresa chegou a financiar parte de seus clientes nos piores momentos da recessão, o que acredita ter ajudado na fidelização e consequente conquista de "market share".

A sucessão, que ainda é tratada com cuidado internamente, ficará a cabo da universidade corporativa da empresa, criada justamente para desenvolver os talentos internos. "Os programas de desenvolvimento estão estruturados para prover os conhecimentos e competências necessárias para garantir o processo sucessório", afirma Regina. A ideia é realizar a troca dentro de casa, para manter o caminho traçado pelo fundador, largamente homenageado por todos os lados da empresa.

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Seção: Agronegócios**

**Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo**

**Título: Cresce o número de falências entre usinas sucroalcooleiras**

Após quase uma década de crise, cresce o número de usinas no país que não consegue cumprir compromissos com credores e que, por consequência, deve engrossar as listas das que buscam proteção judicial ou das que estão tendo a falência decretada. A deterioração financeira dessas usinas se dá em meio à queda dos preços de açúcar e etanol no primeiro trimestre da safra 2017/18.

Segundo levantamento da RPA Consultoria, há 52 unidades em recuperação judicial e 27 em falência, dentro de um universo de 444 plantas no Brasil. Em 2016, a lista de usinas em recuperação tinha 16 unidades a mais, porém 13 delas tiveram a falência decretada pela Justiça e três foram vendidas. O estudo avalia a situação de cada unidade industrial e não das empresas. A última a ampliar a lista de recuperandas foi a Usina Vista Alegre, da família Tavares de Almeida, de Itapetininga (SP).

Entre as que tiveram a falência decretada este ano estão as quatro da Infinity Bio-Energy, a Usina São Fernando, de José Carlos Bumlai, implicado na Lava-Jato, e duas do grupo Camaq. Nesses casos, as usinas já estavam paradas e os processos se estendiam há mais tempo. A falência da Infinity foi recentemente suspensa em liminar de segunda instância e ainda aguarda julgamento.

A situação do setor, porém, deve piorar. Para Ricardo Pinto Arruda, sócio da consultoria, ao menos 25 unidades estão prestes a pedir recuperação judicial e uma já nessa situação deve ter a falência decretada.

A deterioração financeira para parte das usinas ainda reflete a crise do setor, iniciada em 2008, mas também erros de gestão. A queda recente dos preços do açúcar e do etanol foi o golpe de misericórdia.

No primeiro trimestre da safra (de abril a junho), os contratos futuros de açúcar de segunda posição na bolsa de Nova York caíram 18%, enquanto o indicador Cepea/Esalq para o etanol hidratado em São Paulo recuou 10%. "Com a piora dos preços, a situação de quem já estava em pré-recuperação judicial ficou quase insustentável", afirma Arruda.

Além disso, problemas climáticos nos últimos anos também ajudaram a minar a geração de caixa das que já tinham dificuldades.

Nos últimos dois meses, o mercado teve uma recuperação diante do aumento do PIS/Cofins sobre combustíveis, que melhorou a competitividade do etanol, e da taxa das importações do biocombustível. Mas empresas que já estavam com aperto de liquidez não têm conseguido aproveitar o momento.

Ivo Waisberg, sócio do escritório de advocacia TWK, que atende mais de 20 empresas do setor, também acredita que haverá mais pedidos de recuperação judicial, assim como decretação de falência.

Isso não significa, porém, que as usinas em geral estão deixando de processar cana. Pelo contrário, do ano passado para cá, a RPA identificou que ao menos quatro unidades voltaram à atividade após um período paralisadas, e mais 12 devem voltar a operar nos próximos três anos.

Entre as religadas neste ano a consultoria incluiu a Usina Bom Retiro, da Raízen Energia, que deve entrar em atividade ainda este semestre. Já voltaram a moer cana as usinas São José, do Grupo Farias, a Santa Rita, do grupo Diné, e a Bravia Bioenergia.

A retomada, contudo, tem limite. Arruda acredita que 45 usinas nunca mais voltarão a operar. São unidades que já foram "desmontadas" ou cujo aporte para reativar seria tão alto que valeria mais a pena construir uma nova.

A maior parte das usinas que estão protegidas judicialmente dos credores segue operando, embora muitas com uso reduzido da capacidade e pouco fôlego financeiro para compromissos de longo prazo. Das 51 unidades em recuperação, 35 estão na ativa. Dentre as 27 falidas, apenas três operam.

A dificuldade das que estão estranguladas financeiramente mas ainda não pediram proteção judicial é encontrar uma saída de mercado para sua situação. Enquanto os bancos seguem pouco flexíveis para renegociações de dívidas,

eventuais players que poderiam injetar capital preferem negociar ativos já em recuperação judicial, sem passivos.

Mesmo essa saída "de mercado" dentro de processos de recuperação demorou para avançar, segundo Joel Thomaz Bastos, também sócio do TWK. "Mas a maior parte dos casos que deu certo foi resolvida com soluções de mercado", afirma.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Brasil

**Autor:** André Ramalho | Do Rio

**Título:** Sonegação de ICMS na distribuição de combustíveis atinge R\$ 4,8 bilhões por ano

Estudo da Fundação Getulio Vargas (FGV) estima que ao menos R\$ 4,8 bilhões são sonegados por ano no mercado de distribuição de combustíveis. O montante é relativo ao não pagamento de ICMS aos Estados. Com base em dados de 2016, a FGV calcula que o potencial de arrecadação dos Estados com ICMS sobre as vendas de combustíveis foi de R\$ 84 bilhões, mas que o total arrecadado no ano passado foi de R\$ 79 bilhões - ou seja, 5,7% do potencial deixou de ser arrecadado. O ICMS sobre combustíveis é o primeiro item de recolhimento de todos os Estados.

O estudo foi encomendado pelo Sindicato Nacional das Distribuidoras de Combustíveis (Sindicom). Segundo o presidente da entidade, Leonardo Gadotti, a percepção no mercado é de que essa sonegação tem aumentado.

"No setor, historicamente, toda vez que o país passa por momentos de dificuldade de crescimento na economia verifica-se que esse tipo de subterfúgio, sonegação, adulteração de produto e fraudes volumétricas, tende a crescer. Do ponto de vista da percepção do mercado, o cenário está se degradando", disse.

Gadotti comenta que, num momento em que a Petrobras acena para a redução de sua participação no mercado de downstream (refino, logística e distribuição) e tenta atrair investidores para o setor, é importante que o governo dê um sinal "mais forte" no combate à sonegação.

"Isso [entrada de novos investidores] só vai acontecer se houver segurança de investimento aqui. Não vai haver investimento num setor onde a sonegação destrói o ambiente de negócios. É importante o governo dar uma sinalização forte de combate", diz.

Para combater essa prática ilícita, o Sindicom se reuniu a outras 15 entidades no movimento Combustível Legal, com o objetivo de promover a discussão sobre o assunto. A iniciativa reúne representantes dos postos de combustíveis (Fecombustíveis e Sincopetro), a OAB, o Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), sucroalcooleiras (Única), a indústria automotiva (Anfavea) e produtores de biodiesel (Aprobio), entre outras entidades.

O grupo apoia projeto de lei da senadora Ana Amélia (PP/RS), que busca reforçar os mecanismos do Judiciário no combate às "estruturas empresariais que têm na inadimplência sistemática e consciente a sua principal vantagem concorrencial". A matéria foi apresentada pela autora em agosto e está na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado.

Gadotti explica que a sonegação acontece, sobretudo, na distribuição de etanol hidratado e, em sua maior parte, é feita por empresas conhecidas como devedores contumazes (empresas que sonegam de forma recorrente para prática de concorrência desleal).

De acordo com essa prática, uma empresa, geralmente em nome de laranjas, funciona como "barriga de aluguel". Compra o combustível da usina, não recolhe o imposto e, em seguida, vende o volume para uma outra distribuidora, que faz distribuição do combustível para os postos.

**MME / ASCOM .**